

Capítulo III

As múltiplas faces da pesquisa sobre produção de sentidos no cotidiano

Mary Jane Spink

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

SPINK, MJ. *Linguagem e produção de sentidos no cotidiano* [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2010. Cap. III, As múltiplas faces da pesquisa sobre produção de sentidos no cotidiano. p. 38-59. ISBN: 978-85-7982-046-5. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.



All the contents of this chapter, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-Non Commercial-ShareAlike 3.0 Unported.

Todo o conteúdo deste capítulo, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição - Uso Não Comercial - Partilha nos Mesmos Termos 3.0 Não adaptada.

Todo el contenido de este capítulo, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-NoComercial-CompartirIgual 3.0 Unported.

CAPÍTULO III

AS MÚLTIPLAS FACES DA PESQUISA SOBRE PRODUÇÃO DE SENTIDOS NO COTIDIANO

Muitos trabalhos de pesquisa qualitativa com material discursivo descolam as falas de seu contexto interativo de produção. O material é lido, são feitas interpretações e, então, recortados trechos ilustrativos dessas interpretações. Com isso, desaparece a interanimação dialógica, o jogo de posicionamentos fica escamoteado e ofusca-se o procedimento de coleta de dados e suas ressonâncias nos conteúdos discursivos.

1. Os mapas, as árvores de associação e as linhas narrativas

Os mapas possibilitam preservar o contexto interativo e têm ainda uma série de vantagens adicionais. A primeira delas é prover um excelente instrumento de ensino de entrevista. No início do curso de Mestrado eu presumia que tinham adquirido competência em entrevista durante o curso de graduação. Eventualmente comecei a duvidar dessa certeza e passei a perguntar em que disciplina haviam aprendido a entrevistar ou, pelo menos, qual a disciplina que lhes dava um *feedback* sobre as entrevistas realizadas para fins variados. Descobri, assim que, muito embora a entrevista é o método priorizado pela maioria das pesquisas em Psicologia Social na PUCSP, a competência como entrevistador(a) é presumida (e não ensinada).

Os mapas são instrumentos de visualização do processo de interanimação que possibilitam, entre outras coisas, mostrar o que acontece quando perguntamos certas coisas ou fazemos certos comentários. Possibilitam, sobretudo, nos sensibilizar para a existência de múltiplas modalidades de diálogos. Por exemplo, certas entrevistas são conduzidas como inquéritos: a entrevistadora chega com seu roteiro e procura garantir que deu conta de todas as questões dele constantes. Pode ser até mesmo uma entrevista aberta ou semi-estruturada, mas o efeito de aprisionamento do roteiro aparece no mapa com a forma de inquérito. Não se parece necessariamente com um inquérito policial, porque os objetivos são outros, mas o efeito na corrente comunicativa é parecido. A pessoa fica com pouco espaço para se expressar para além do roteiro.

Fomos percebendo também que o que chamamos de diálogo é uma atividade bastante complexa que envolve uma série de estratégias de fala, que incluem a narrativa, a argumentação, os depoimentos, etc. Dessa constatação emergiram perguntas diversas, por exemplo: que perguntas suscitam uma narrativa? Que perguntas geram processos de negociação de sentido? Quando se torna necessário justificar? Em que tipo de interação passa a ser necessário argumentar contra ou a favor de algo? O mapa permite também entender essa diversidade. Então, ele acabou sendo uma técnica central no trabalho de análise de práticas discursivas que vem sendo desenvolvida no Núcleo.

Creio que o *Mapa* (inicialmente denominado *Mapa de Associação de Ideias*) foi por mim desenvolvido em uma pesquisa sobre hipertensão, tendo sido apresentado em um congresso sobre Psicologia da Saúde realizado na Inglaterra em 1992 e publicado pela primeira vez em 1994. Denominei essa técnica de *Mapa de Associação de Ideias* porque, na época eu trabalhava com a teoria das Representações Sociais e isso me possibilitava entender como os conteúdos se organizavam em torno de núcleos temáticos. Mudou a teoria, a técnica modificou-se para adaptar-se aos novos interesses, mas a nomeação permaneceu. Atualmente temos simplificado essa nomenclatura e denominado esse procedimento de análise simplesmente de *Mapas*. Trata-se, entretanto, de nomenclatura em evolução; os *Mapas*, afinal, remetem a um estilo de exploração de territórios que tem como pressuposto a existência objetiva de terrenos cujas características podem ser reproduzidas em imagens!

O *Mapa* é uma tabela onde as colunas são definidas tematicamente. Os temas, em geral, acabam refletindo o roteiro de entrevista, porque ninguém vai para o campo de pesquisa dizendo: “fala!”. Todo mundo diz: “fale sobre”, “me conte sobre” ou “o que você pensa disso”. Então, obviamente, a entrevista acaba reproduzindo um roteiro que pode ser menos explícito ou mais explícito; mas existe, porque a pesquisa assim o exige. Em parte, a definição das colunas que sistematizam a entrevista (ou o material discursivo) está relacionada a esse processo de organização de conteúdos de uma interação discursiva muito peculiar gerada pelo procedimento de pesquisa. Mas essas colunas temáticas nem sempre podem ser definidas *a priori*. Embora os roteiros imponham uma forma à interação, nem sempre os interlocutores respeitam essa forma. Os *Mapas* têm essa característica interessante de mostrar como as pessoas são resistentes aos

roteiros. Muitas vezes, as pessoas burlam reiteradamente o roteiro e falam de temas que são para eles mais importantes e que você tem que levar em consideração (senão na entrevista, pelo menos na análise!). Por essas razões, os *Mapas* não têm temáticas predefinidas. A definição das temáticas organizadoras dos conteúdos da entrevista já é o processo de interpretação. Se as temáticas não fazem violência ao conteúdo da entrevista, a interpretação flui e isso fica óbvio pela facilidade de cortar a entrevista transcrita e colar nas colunas do mapa. Quando há dificuldade, quando as falas não se encaixam nas colunas, é porque as categorias temáticas não estão funcionando. Assim os *Mapas* têm ainda essa vantagem de orientar o processo de análise.

Quando as entrevistas são muito grandes, muito complexas, ou especialmente quando se está trabalhando com grupos, temos adotado a prática de iniciar o processo de análise com a transcrição sequencial. Essa é uma forma de reduzir a complexidade. A transcrição sequencial é feita escutando a fita, portanto, antes da transcrição propriamente dita. Trata-se de um resumo da entrevista (ou discussão de grupo) onde é feita uma síntese da fala de cada interlocutor, buscando não extrapolar o limite de uma linha por tema/interlocutor. Isso permite entender a dinâmica das trocas discursivas (quem fala, quando fala, sobre o quê) e, sobretudo, ter uma visão de conjunto das temáticas em discussão. Isso possibilita, ainda, optar por analisar apenas os temas que são prioritários para os objetivos de pesquisa. Quando a entrevista é muito comprida ou quando é complexa porque se trata de um grupo, a transcrição sequencial permite dar ao leitor ou leitora uma visão do todo e justificar porque elegeu algumas temáticas (ou trechos da entrevista/grupo) para uma análise mais detalhada. Tanto faz o tipo de material textual, o aspecto que merece destaque é que dessa forma nunca perdemos o contexto da fala, mesmo que trabalhemos apenas com parte do material. É importante, na pesquisa com práticas discursivas, poder se referir ao todo.

Poder explicitar os passos da análise e justificar as opções analíticas é o que define o rigor em pesquisa qualitativa. Para visualizar esse procedimento, podemos pensar nas bonecas russas (um jogo de encaixe de bonecas de diferentes tamanhos). Você pode optar por focalizar apenas uma dessas bonecas, mas é importante saber que essa boneca escolhida encaixa-se numa maior que por sua vez encaixa-se noutra boneca maior, e daí por

diante. Isso possibilita que o interlocutor entenda a parte em relação ao contexto maior.

Além dos *Mapas*, usamos *Árvores e Linhas Narrativas*. Essas várias técnicas têm seus objetivos e momentos no processo de análise. Começamos, em geral, com a transcrição sequencial. Tendo decidido que temas serão incluídos nos *Mapas*, o próximo passo é a transposição dos trechos da entrevista (preservando toda a sequência da interação entre entrevistador e participantes) para o *Mapa*. O terceiro passo é a construção das *Árvores de Associação* que visam dar visibilidade ao encadeamento de repertórios nos trechos que nos parecerem ser mais ilustrativos dos fenômenos em estudo. Já a *Linha Narrativa* é usada, se e quando houver passagens na entrevista que utilizam essa forma discursiva. A *Linha Narrativa* dá visibilidade à ordenação temporal dos eventos relatados.

Para ilustrar o uso dessas técnicas de análise vou apresentar três pesquisas. A primeira é um estudo sobre *Hipertensão Arterial Essencial*, parte do qual está publicado no livro *Textos em Representação Social* (Spink, 1994b). Nessa fase, eu ainda estava trabalhando com a teoria das Representações Sociais, mas já estava em um período de transição e, portanto, mais interessada na linguagem em uso. Buscava, nessa pesquisa, entender as diferentes formas de falar sobre a hipertensão arterial essencial levando em consideração as diferentes posições de pessoas: médicos, clientes de serviços de saúde público e particular, homens e mulheres. Contei com a colaboração de um médico clínico geral que trabalhava em uma clínica particular e em um serviço público de saúde. São consultas muito cuidadosas e todo mundo que ouve a fita diz: “uau, que médico fantástico!”. Certamente ele escolheu com cuidado as consultas a serem gravadas! Depois entrevistei esse médico e os quatro pacientes. Assim, contava com quatro situações de clínica médica, uma entrevista individual com o médico e quatro entrevistas individuais com os pacientes.

O exemplo de *Mapa* aqui apresentado refere-se a um pequeno trecho do início da entrevista onde formulei a pergunta inicial: “o que é hipertensão para você?” Toda a entrevista, embora longa, foi transferida para o *Mapa*, pois essa era a proposta metodológica nessa época. As cinco colunas do mapa refletem as temáticas relacionadas com o objetivo da pesquisa: (1) o que é hipertensão, (2) que é o hipertenso, (3) como a Medicina trata a hipertensão, (4) como os pacientes lidam com a hipertensão e (5) o afeto

presente nas falas. No caso da coluna (3), sobre como a Medicina lida com a hipertensão, a coluna foi subdividida em função do estilo próprio desse médico que pontuava a diferença entre a forma como a Medicina em geral lida com a hipertensão e a sua forma de conduta: “a medicina faz assim, mas eu faço desta maneira”. Também a coluna (5), relativa à maneira como o médico via os pacientes lidarem com a hipertensão, merece explicação. Nessa fase (em 1992), embora teorizasse que não é possível separar conteúdos cognitivos e afetivos, ainda sentia a necessidade de dar um destaque especial aos conteúdos afetivos. Nessa análise, o entrevistador não se fez presente; essa dialogia, na medida que o referencial evoluiu para o foco na interanimação dialógica, passou a ser plenamente incorporada aos *Mapas*. Mas prefiro mostrá-los tal como foram desenvolvidos na época em que foram feitos, pois acho interessante mostrar como o método evoluiu.

Seguindo a cronologia do desenvolvimento dos *Mapas* como técnica para análise de práticas discursivas, o segundo exemplo refere-se à pesquisa conduzida com Glória Gimenes (Spink e Gimenes, 1994) sobre os *sentidos do câncer da mama* para mulheres que tinham tido o câncer e mulheres que não tinham tido tal experiência. Essa pesquisa foi de fundamental importância para aperfeiçoamento das metodologias para estudo do sentido na perspectiva das práticas discursivas (Spink, 1997a), incluindo aí a “entrevista associativa”.

Pretendíamos inicialmente usar histórias de vida para coleta de dados, pois queríamos entender a adoção de estratégias preventivas ao câncer da mama à luz das representações de corpo e de saúde e doença. As primeiras experiências feitas com essa metodologia resultaram em entrevistas longas e difíceis de analisar pelo excesso de conteúdos. Considerando que pretendíamos comparar dois grupos de mulheres e que prevíamos a realização de cerca de 40 entrevistas, buscamos opções alternativas para a coleta de dados. Acabamos desenvolvendo a técnica de *Entrevistas Associativas* que eram divididas em blocos temáticos (corpo, seio, saúde, doença, câncer). Cada bloco abordava três dimensões: (1) associativa (“o que vem à sua cabeça quando falamos a palavra corpo”); (2) avaliativa/ expressiva (“como é o corpo para você”) e (3) evolutiva/mnemônica (“e foi sempre assim?”). Como Glória Gimenes trabalhava com *coping*, sendo objetivo da pesquisa entender também como as mulheres que tiveram câncer da mama haviam lidado com essa doença, a entrevista concluía solicitando às entrevistadas que falassem da doença mais marcante

em suas vidas e como haviam lidado com ela. São lindíssimas essas entrevistas: curtas, mas ricas em conteúdos o que vem desmistificar a concepção de que é preciso ter entrevistas longas para trabalhar com sentidos.

Os *Mapas* refletiram a estrutura da entrevista associativa contendo, portanto, quatro colunas/dimensões: (1) objeto (porque cada bloco tinha um objeto associativo específico: corpo, seio, etc.); (2) primeiras associações; (3) outras associações/ explicações e (4) qualificadores, ainda um resquício da cisão desnecessária entre aspectos cognitivos e afetivos. Essa forma de análise propiciou também o desenvolvimento das *Árvores Associativas* que possibilitam entender como cada microargumento é construído, preservando ainda – pela presença da fala dos entrevistados – o foco na coconstrução desses argumentos (ver Spink e Lima, 1999 para uma descrição mais detalhada).

Nessa fase, ainda achávamos que toda a entrevista tinha que ser transportada para os *Mapas* e, obviamente, estes funcionaram bem para a parte associativa da entrevista, mas não para a segunda parte: ao falar da experiência da doença mais marcante, a forma dialógica resultante da associação de ideias dava lugar a longas narrativas para as quais as dimensões definidas para o *Mapa Associativo* não eram adequadas. Passamos, então, a trabalhar as narrativas com outra técnica: as *Linhas Narrativas*, sobre as quais falarei mais tarde.

Finalmente, o terceiro exemplo ilustrativo do trabalho com *Mapas* provém da pesquisa de Odette Godoy de Pinheiro (Pinheiro, 1998) sobre as queixas trazidas por usuários de um serviço público de saúde mental. O objetivo desse estudo era entender como as pessoas aprendem a falar a linguagem social do serviço de saúde de modo a serem encaminhadas para onde elas querem. Se chegarmos ao serviço e dissermos que estamos com taquicardia, provavelmente seremos encaminhados para a clínica médica ou para a cardiologia. Agora, se dissermos que andamos muito nervosos e estamos com taquicardia, aumenta a probabilidade de sermos encaminhados para o serviço de saúde mental. Obviamente, estou me referindo ao acolhimento na unidade de saúde: estou falando da recepção e não do atendimento médico. Nossa hipótese era que o sucesso no encaminhamento dependia da aprendizagem da linguagem social do serviço.

Assim, Odette observou o serviço de recepção e acompanhou as pessoas que eram encaminhadas para o serviço de saúde mental. Participou durante um tempo dos grupos de acolhimento nesse serviço e, depois das reuniões, fazia o convite para a entrevista que seria conduzida na residência do (a) próprio (a) entrevistado (a). Pouquíssimas pessoas se dispuseram a participar; todos tinham desculpas variadas, algumas das quais bastante curiosas. Odette analisou duas das entrevistas realizadas que foram escolhidas por causa do contraste que ofereciam. Ambas as entrevistadas eram mulheres.

Já nesta etapa de desenvolvimento do referencial teórico e metodológico do estudo das práticas discursivas a entrevista não era mais transferida para *Mapas* em sua totalidade. Utilizávamos a transcrição sequencial para a definição das temáticas e apenas essas eram analisadas em *Mapas*. Entretanto, inseríamos o número de linhas na entrevista como um todo de modo a não perder a visão do todo. Os trechos analisados em *Mapas* podiam ser facilmente localizados na transcrição integral da entrevista: a solução encontrada para não perder de vista o contexto de produção que sustenta os sentidos presentes no trecho analisado.

Como o foco dessa pesquisa era o sentido de sofrimento mental, dois *Mapas* abordaram essa temática buscando comparar as falas das duas entrevistadas. O primeiro buscava entender os sentidos do sofrimento mental e para isso foram definidas as seguintes dimensões: (1) como é nomeado o sintoma como é descrito, (3) como é explicado, (4) como é referido pelos outros. O segundo, buscava entender a busca de ajuda profissional, sendo definidas quatro dimensões dessa busca: (1) como chega ao serviço (ou profissional), (2) quem atende, que soluções são propostas e (4) como avalia o atendimento.

Entretanto, a transcrição sequencial deixou evidente que a problemática presente em cada uma das duas entrevistas era muito distinta: em uma das entrevistas estava mais voltada à questão da sexualidade lésbica e na outra à explicação das “crises de nervos”. Consequentemente, além dos *Mapas* comuns (sobre sofrimento mental), foram elaborados mapas específicos relacionados com os conteúdos nucleares de cada entrevista.

Retomando agora as *Linhas Narrativas*, aconteceu de eu estar dando um curso sobre práticas discursivas na época em que morreu a princesa

Diana. Fiquei fascinada com as reportagens sobre esse acontecimento e comecei a integrar o material coletado na mídia como exemplo no curso que estava ministrando, incluindo aí a reportagem sobre a morte da Diana publicada na *Folha de São Paulo* (FSP) em 01/09/1997 (ver Spink e Lima, 1999).

Uma *Linha Narrativa* tende a ser uma linha de tempo. As pessoas organizam suas histórias dessa maneira, embora nem sempre ela seja apresentada na forma de uma linha de tempo sequencial. Muitas vezes as pessoas começam falando de um evento passado (“Olha, quando eu casei...”) para referir-se a uma situação presente (“agora...”) Portanto, muitas vezes a transposição para uma linha de tempo sequencial é uma reconstrução. Mas no caso da matéria da *Folha de São Paulo* sobre a morte da princesa os dados foram de fato apresentados cronologicamente.

Para analisar essa matéria de jornal, utilizamos algumas das estratégias desenvolvidas para o trabalho com *Mapas*: utilizamos três dimensões: eventos (na parte inferior da linha de tempo), nomeação e conotação afetiva (na parte superior da linha de tempo). As datas constantes da linha de tempo respeitam os eventos destacados na matéria: por exemplo, “em 10 de julho de 1961, nascia Diana, a terceira filha do Visconde Althorp, para o desapontamento dos pais que queriam um filho”. A sentença posiciona Diana (nomeação) como a que veio sem ser desejada. Já sabemos, então, que história que vai ser contada: a narrativa da desvalida.

A *Linha Narrativa* permite entender as estratégias usadas para argumentar, explicar, justificar e dessa forma fazer valer uma certa interpretação dos acontecimentos. A nomeação é muitas vezes um indicador desse processo de argumentar a favor de uma determinada interpretação. Assim, se a pessoa está narrando sua experiência com uma doença, digamos câncer, é interessante entender quando e em que contexto ela o nomeia câncer, doença, mal e daí por diante. Na pesquisa sobre câncer da mama, encontramos narrativas em que a nomeação mudava na medida em que o contexto da ação também se modificava. Por exemplo, a palavra *câncer* era usada para relatar a parte médica (“Ai, eu fui ao médico, eu fiz mamografia, aí acusou o câncer”); a palavra *doença* era usada para falar das consequências pessoais (“Aí para mim foi muito difícil, essa é uma doença complicada”).

Em suma, o trabalho com *Linhas Narrativas* não visa apenas ordenar cronologicamente os eventos. Visa, sobretudo, dar visibilidade às características da construção discursiva.

2. Trabalhando com repertórios linguísticos

Nem sempre o termo que define nossa área de interesse – menopausa, sexualidade, risco – faz parte do vocabulário espontâneo do grupo com o qual estamos trabalhando. Por isso é interessante começar a pesquisa fazendo uma breve observação de campo, uma observação de tipo etnográfico, escutando a fala espontânea das pessoas que participarão de nosso estudo: jovens, jovens de classes sociais diferentes, mulheres, pessoas da roça e daí por diante.

Digo isso porque vou usar como exemplo a pesquisa sobre risco que venho desenvolvendo desde 1996. Risco é uma palavra que entra no léxico das sociedades ocidentais apenas no século XVII: uma palavra nova para falar de uma nova visão de mundo que permite pensar no futuro que é passível de controle. Risco é um termo utilizado para falar sobre o futuro; mais precisamente, sobre um futuro que é passível de controle. Ou seja, é preciso abandonar a visão de mundo onde as coisas são determinadas por Deus de modo a poder incorporar o vocabulário do risco.

Tenho uma aluna (Edna Roland) que é ativista do movimento negro e está atuando junto aos quilombos do estado de São Paulo. Ela resolveu trabalhar com *Oficinas sobre Risco*, uma técnica que desenvolvemos no Núcleo para pesquisar risco na vida cotidiana. Ela voltou triste porque não pôde realizar a oficina com o roteiro original, tendo sido necessário usar a palavra *perigo* dado que, nesse quilombo, a palavra *risco* não era utilizada (sobre o vocabulário de risco numa perspectiva histórica, ver Spink, 2001). Esse episódio serve de alerta para quem vai trabalhar com repertórios linguísticos. Verifique primeiro quais são os repertórios espontâneos do grupo com o qual estão lidando. Caso contrário cria-se um problema a mais: as pessoas têm que incorporar o novo termo aos termos usuais.

A pesquisa histórica com repertórios linguísticos que vem sendo por nós desenvolvida é um esforço coletivo do Núcleo. Esse é, portanto, o momento de apresentar esse coletivo. O Núcleo de Pesquisa em Psicologia Social e Saúde da PUCSP integra orientandos, bolsistas de Iniciação

Científica e membros do Grupo de Pesquisa Imaginário e Práticas Social (CNPq). É nesse fórum que são desenvolvidas as reflexões teórico-metodológicas relacionadas com o estudo das práticas discursivas do cotidiano, embora tenhamos também preocupação com a aplicação prática dessas ideias: muitos dos alunos e colaboradores estão envolvidos em trabalhos junto a comunidades variadas ou estão inseridos em serviços de saúde. Procuramos fazer com que essas reflexões não fiquem apenas no nível de teoria.

O Núcleo/Grupo de Pesquisa tem duas linhas principais de pesquisa: *Cotidiano, Memória e Práticas Discursivas* (centrada na natureza do conhecimento e por isso mesmo tem um teor mais teórico-metodológico) e *Sentidos da Saúde e Doença*. Embora essas duas linhas de pesquisa deem conta da diversidade de temas de mestrandos e doutorandos, os membros do Núcleo participam de outras pesquisas coordenadas por mim. Assim, o projeto de pesquisa que usarei como exemplo nessa aula é parte do projeto integrado do CNPq intitulado *Risco e Sociedade contemporânea: vivendo na sociedade de risco*, do qual participaram vários orientandos.

Esse projeto incluía três subprojetos: (1) o papel da mídia na circulação dos repertórios sobre risco; (2) o risco na Psicologia e (3) o risco na educação em saúde. A pesquisa como um todo visava mapear os sentidos possíveis de risco, situando-os no contexto histórico do imaginário social sobre riscos e perigos; buscava, assim, situar a linguagem de risco (essa é a expressão que venho utilizando) no contexto maior das sensibilidades contemporâneas e dos modernos processos de governo dos riscos. Essa temática insere-se no conjunto de estudos sobre sociedade contemporânea, modernidade tardia, e o papel que a noção de risco teve na formação de vários instrumentos de governamentalidade dos processos sociais.

Risco é um dos instrumentos de disciplinarização do corpo. É com o conceito de risco, instrumentalizado pela epidemiologia e operacionalizado pela educação em saúde, que se torna possível pensar a prevenção e a educação na área da saúde. Educar, no contexto da saúde, é basicamente sensibilizar para evitar riscos. Também a Psicologia tem aí papel importante: o conceito de risco não deriva da Psicologia, mas é incorporado por ela para falar de uma série de fenômenos da ordem da pessoalidade. É por essa razão que esse projeto integrado de pesquisa tem esses três eixos: o

conceito de risco em educação e saúde; a incorporação do conceito de risco na Psicologia e as formas de circulação na mídia.

Para estudar os usos da *Linguagem dos Riscos* na Psicologia, usamos o PsychInfo, banco de dados que agrega textos da área desde o começo, 1887. De modo a dar conta desse largo período de tempo, 1887 a 1998, trabalhamos com uma amostra representativa de artigos com risco no título. Optamos por analisar apenas artigos com risco no título porque isso garantiria a inclusão apenas de artigos focados especificamente na questão do risco.

Algumas das conclusões foram que a produção sobre risco na Psicologia tende a privilegiar três abordagens. A primeira vertente focaliza a percepção dos riscos. A segunda vertente triangula conhecimento, atitude, comportamento de modo a entender os processos de tomada de decisão sobre risco, mais comum nos estudos organizacionais ou voltados à tomada de decisão sobre investimentos na economia. A terceira vertente concerne os estudos de risco na ótica dos estilos de personalidade.

Para estudar *Risco* em Educação e Saúde usamos o banco de dados Medline utilizando procedimento amostrai semelhante ao estudo sobre risco na Psicologia. O Medline é o banco informatizado do Index Medicus que data do final do século XIX. Entretanto, apenas os dados de 1966 em diante estavam informatizados nesse banco. Trabalhamos, aqui, com a nomeação do risco e sua relação com as teorias de prevenção.

Entretanto, é o terceiro eixo da pesquisa, sobre a *Circulação da Linguagem dos Riscos na Mídia* (Spink *et al*, 2002), que selecionei para ilustrar o trabalho com repertórios linguísticos. O objetivo desta (e dos demais braços da pesquisa sobre risco) era entender o uso que é feito da linguagem dos riscos. Definimos linguagem dos riscos como práticas discursivas que buscam falar de experiências e comportamentos relacionados com situações que implicam a possibilidade de ganhos ou perdas. Abarca, portanto, tanto o uso formal do conceito de risco, como o uso informal, de senso comum; concerne tanto à palavra risco como às demais palavras do glossário sobre risco que são utilizadas para falar de ganho e perda numa perspectiva de futuro.

Risco é uma palavra que entra nos léxicos europeus apenas no século XVII. Entretanto, antes disso havia uma diversidade de palavras para se

referir a eventos da vida que implicavam possibilidades de perdas, por exemplo, perigo. Para entender essa polissemia, foi feita uma primeira exploração sobre a linguagem dos riscos na *Folha de São Paulo*. Elegemos trabalhar com a *Folha de São Paulo* porque esse jornal conta com um acervo disponível para o público e isso, por incrível que pareça, é uma grande dificuldade nos estudos de mídia no Brasil. A Folha tem um acervo completo disponível perante pagamento; os exemplares de 1994 a 1997 estão disponíveis em CD-ROM e há, também, um acervo bastante completo na biblioteca Mário de Andrade em São Paulo.

Buscávamos, nesta etapa da pesquisa, entender a circulação da linguagem dos riscos numa perspectiva diacrônica e, certamente, trabalhar com um único jornal facilitava bastante essa tarefa. Entretanto, embora a palavra risco esteja disponível desde o século XVII, ela é incorporada na linguagem do cotidiano de formas distintas. É usada no sentido metafórico para falar de perigo e, paralelamente, é usada como conceito formal para falar do cálculo probabilístico do risco.

A primeira aproximação, portanto, teve esse caráter mais histórico buscando entender a diversidade de termos usados para falar do futuro como possibilidade de ganhos e perdas nesse jornal, no período de 1921, data de criação da Folha de São Paulo, até 1998. Buscávamos, assim, criar um ‘glossário sobre risco’. Para entender os usos feitos da linguagem dos riscos numa perspectiva diacrônica, a segunda parte da pesquisa, utilizamos uma amostra representativa de dias de 1921 a 1998. Tendo definido os dias que seriam incluídos na amostra, a equipe de pesquisa ia à biblioteca, lia cada exemplar dos jornais sorteados, da primeira à última página, de modo a identificar todas as matérias com a palavra risco no título. A terceira etapa foi um levantamento das matérias com risco no título no CD-ROM.

Quanto à análise, sendo esse um projeto quantitativo e qualitativo (pois, trabalhando numa perspectiva diacrônica, não daria para fazer apenas análises qualitativas), vários procedimentos foram adotados. Foi feita uma análise quantitativa dos termos associados a risco (o glossário do risco) utilizando o CD-ROM; buscamos também a frequência de aparecimento de matérias com risco no título nos jornais amostrados de 1921 a 1998. As matérias com risco no título na amostra e no CD-ROM foram então analisadas seguindo os procedimentos metodológicos do trabalho com práticas discursivas e para isso as matérias da amostra foram xerocadas e as

do CD-ROM, impressas. Na fase qualitativa de análise das matérias localizadas pelo procedimento amostral, procuramos entender o uso da linguagem dos riscos por meio do fluxo de associação de ideias. Para isso usamos as *Árvores de Associação de Ideias*. Para as matérias localizadas no CD-ROM utilizamos o princípio da localização física (risco como chamada de primeira página) e temática da notícia: risco nas áreas emergentes; risco na saúde; risco na economia e risco no ambiente. Priorizamos, ainda, os novos e ambíguos usos (por exemplo, a linguagem dos riscos no esporte, no lazer), as experiências pessoais com risco e as poucas matérias que falavam da positividade do risco.

Que resultados obtivemos? Em primeiro lugar, a análise quantitativa permitiu uma melhor compreensão do “glossário do risco”. Há uma variedade de palavras usadas para falar de ganho e perdas associados a eventos futuros: risco, ameaça, chance, perda, sorte, perigo, arriscado, obstáculo, azar, probabilidade, possibilidade, ventura, aventurar e fortuna. Para criar esse glossário foi preciso ter sensibilidade para a constelação de palavras que são usadas para se referir ao fenômeno em estudo. Isto vem em parte pela escuta (a observação de tipo etnográfico a que me referia anteriormente), em parte pelo conhecimento que temos da literatura. Tendo criado esse glossário, bastou usar o comando “localize” no CD-ROM para criar um gráfico de modo a poder visualizar a evolução da frequência de uso das diversas palavras do glossário.

Essa etapa quantitativa da pesquisa permite verificar o aumento no uso da palavra risco desde 1994. Assim, embora risco seja um vocabulário disponível há muitos séculos, e a despeito de sua formalização plena como conceito date da II Guerra Mundial, o termo não tem muita visibilidade na Folha de São Paulo (nos títulos de matérias desse jornal) até muito recentemente. As demais palavras do glossário de risco têm presença ainda menor, com tendência a decrescer, embora a minha aposta é que o termo *aventura* passará a ter uma presença mais marcante dada à maior visibilidade dos esportes radicais assim como também porque as experiências com engenharia genética tendem a ser descritas como uma grande aventura.

Em relação à análise diacrônica, a amostra de jornais foi definida (por uma profissional de estatística) a partir do cálculo do total de dias no período estudado. Dado que a amostra incluía 400 dias do jornal, de 1921 a

1998, imaginávamos encontrar muitas matérias com risco no título: localizamos vinte! Uma matéria antes da década de 80, cinco na década de 80 e o resto tudo na década de 90. Como a nossa definição de Linguagem dos Riscos incorpora tanto o uso formal como o uso informal, de senso comum, dessa palavra, utilizamos as seguintes categorias para análise dessas vinte matérias: (1) risco como perigo; (2) risco como probabilidade. Risco como perigo foi subdividido em duas subcategorias: as que focalizavam os atores (comportando ainda a divisão entre a perspectiva de *quem corre o risco* e a de *especialistas*) e as que focalizavam os riscos em si. Para o foco nos riscos também foram definidas subcategorias tendo por foco as áreas em que se situavam os riscos: política, administração e energia. Obviamente, é nessas arenas que se dá a formalização do conceito de risco.

A presença ubíqua do risco como senso comum na mídia é interessante. De um lado, a linguagem dos riscos é introduzida para falar de uma mudança substantiva na forma de lidar com o futuro que ocorre na passagem da pré-modernidade para a modernidade clássica. Nessa acepção, justifica-se seu uso na linguagem de senso comum. Mas a noção não é apenas marca de uma nova sensibilidade; é também central para os processos de governamentalidade típicos da sociedade disciplinar. Nessa dimensão, é fundamental sua formalização para fins de cálculo, processo que leva cerca de trezentos anos. Para formalizar o conceito de risco é necessário que se torne disponível um instrumental técnico adequado, no caso a teoria da probabilidade, que se tornou efetivamente disponível apenas no final do século dezanove e no início do século vinte.

Esse processo de formalização do conceito de risco ocorreu na área da saúde (por meio de cálculos epidemiológicos), na economia (para gerenciar investimentos) e na área de seguros (que também está intimamente associada à saúde e segurança pública). Mas temos também o uso do conceito de risco, como probabilidade, na arena dos jogos, seja como aposta ou como investimento. Aliás, o desenvolvimento da teoria da probabilidade está intimamente relacionado com jogos e apostas. É essa vertente da linguagem dos riscos que parece informar a linguagem dos riscos em política: ao invés da probabilidade de ocorrência, o jogo eleitoral como aposta!

Assim é essa reflexão cruzada entre o conhecimento da história do risco e a análise de práticas discursivas que permite chegar à diversidade de usos da linguagem dos riscos. Tomemos um exemplo das matérias assim localizadas: o risco do Clube Araraquarense de Futebol desaparecer. Aliás, essa matéria, datada de 1957, foi a mais antiga das vinte localizadas na análise diacrônica. Qual era o risco? O desaparecimento do clube devido à má administração. Portanto, nada tem a ver com cálculo de probabilidade. Fala-se do perigo de fechamento por estar o clube numa situação difícil: o presidente havia se demitido, não tinha uma diretoria, estava falido e o time nem compareceu ao certame! Risco, aqui, é meramente uma figura de linguagem.

Na análise da totalidade de matérias com risco no título registradas no CD-ROM da *Folha de São Paulo*, verifica-se o aumento paulatino de matérias com risco no título, especialmente a partir de 1997. Para entender esse uso, iniciamos a análise classificando as matérias por área: saúde e economia, áreas onde a linguagem dos riscos foi primeiro formalizada; política, esporte, lazer e ambiente e uma categoria residual (indefinido) para as matérias que não se encaixavam nas demais categorias. Como estávamos analisando essas matérias como parte de um Seminário Metodológico no curso de Mestrado em Psicologia Social da PUCSP, os alunos trabalharam essas classificações conjuntamente, buscando a concordância na forma de classificar. A análise quantitativa da frequência de matérias por área e ano permitiu ter um panorama geral das especificidades de uso da linguagem dos riscos.

Buscando ainda traçar um panorama geral, focalizamos a localização das matérias no jornal, com ênfase especial no risco como chamada de primeira página. Isso permite responder à pergunta: “o que faz risco ser notícia?” Respondendo: risco como chamada de primeira página refere-se, sobretudo à política e saúde.

As ameaças ao meio ambiente, na época em que fizemos a pesquisa, eram riscos emergentes, e só no final da década de 90 começavam a ter destaque. Os esportes de ação apareceram pouco e, de maneira geral, risco era utilizado como metáfora (e não como conceito formalizado). Encontramos, por exemplo, uma expressão emprestada da economia: “contrato de risco” para falar de uma modalidade de relação entre um

profissional de esporte e seu time. Por exemplo, alguém de tal vai fazer um contrato de risco com o time por causa do problema do joelho.

Na política, risco permite o jogo da ambiguidade. Nessa área, encontramos apenas uma matéria com o uso formalizado de risco referindo-se à probabilidade de um candidato (se não me engano, era o saudoso Mário Covas) vencer a eleição do governo de São Paulo, com dados derivados de uma enquête. No lazer, os riscos vêm acoplados ao título de filmes e peças teatrais; assim, há inúmeras menções ao filme *Risco Total* que evidentemente inflacionaram o quantitativo do risco na área de lazer.

A longa perambulação pela literatura sobre risco me permite propor que a linguagem dos riscos emerge de duas tradições. A primeira está presa à questão da governamentalidade; a outra tem uma ascendência mais longa na história da humanidade e situa o risco como aventura. Na revisão da literatura, encontramos muitas pesquisas e reflexões sobre governamentalidade, seja no sentido coletivo de governo das populações, ou no sentido mais individualista das medidas de disciplinarização do corpo. Há, ainda, uma substancial literatura sobre risco e economia, tradição fronteira entre a governamentalidade e a aventura. Mas, até recentemente, havia pouca coisa sobre risco-aventura. Entretanto, é justamente a aventura que parece atualmente estar sinalizando para uma nova sensibilidade frente aos riscos. Essa é uma temática que vem me fascinando e que estarei focalizando na próxima etapa da pesquisa sobre risco.

Quero, nessa nova fase da pesquisa, entender a função do risco-aventura na modernidade tardia: uma sociedade destradicionalizada, onde mudam as demandas em termos de trabalho, de relações familiares, de intimidade. Há usos diversos dos esportes de aventura que podem fornecer pistas para compreensão do que parece ser a emergência de uma nova sensibilidade. No treinamento gerencial, para treino de flexibilidade e de espírito de equipe (talvez uma apropriação tardia da sociedade de controle daquilo que até então sobrevivia como resistência a ela). Na educação, como oportunidade para formação de caráter. A esse respeito, veja-se, por exemplo, a matéria de capa da revista *Veja* sobre crianças radicais (França, 1998) que fala dos pais que encorajam os filhos a fazer paraquedismo, escalada e *rafting* por serem essas atividades instrumentais no fortalecimento do caráter. Em 1999, aparece outra matéria de capa na *Veja*

(França, 1999), desta vez sobre os “laços de adrenalina”: dessa vez são as famílias que saem nos fins de semana para praticar esportes radicais que servem como elo afetivo, os laços de adrenalina, um lindo título para um belíssimo ensaio. Há ainda modalidades de risco decorrentes da paixão pelo risco: os modernos processos de ordálio que servem como contraponto aos processos de disciplinarização e que foram objeto de estudo de David Le Breton (1996).

O risco-aventura emerge, portanto, como uma arena perpassada pela polissemia, abrindo possibilidades interessantes para o estudo das transformações contemporâneas na maneira de ser pessoa. Se as primeiras fases da pesquisa forneceram uma visão panorâmica dos usos da linguagem dos riscos, nessa segunda etapa, intitulada *Vivendo na Sociedade de Risco* (Spink, 2000), nos propomos a explorar diferentes dimensões das experiências com risco na vida cotidiana. Para isso desenvolvemos uma metodologia específica, as Oficinas sobre Risco. Essa fase da pesquisa já está em vias de conclusão. Na fase seguinte voltarei à questão da circulação dos repertórios na mídia, dessa vez focalizando as imagens que vêm acompanhadas de referências a risco. As perguntas norteadoras, nesse caso, serão: qual o uso que se faz dessas imagens? Que retórica está emergindo para falar de riscos? Até que ponto as imagens sobre risco-aventura nos falam de novas formas de falar sobre risco?

A hipótese com a qual estou trabalhando (Spink, 2001) é que estamos vivenciando a passagem de uma sociedade pautada pela noção de risco para uma outra forma de sociabilidade onde a imponderabilidade, e não mais a esperança no controle por meio do cálculo, define Os processos de governamentalidade. Para viver com a imponderabilidade, temos que ter a flexibilidade que permita o enfrentamento da imponderabilidade; flexibilidade (e não a tradição) faz-se necessária.

3. Por uma visão caleidoscópica da linguagem em ação: as conversas do cotidiano

O próximo exemplo de pesquisa com práticas discursivas é particularmente interessante porque faz uma junção entre o uso de bancos de dados para pesquisar os repertórios linguísticos sobre menopausa e o estudo do uso desses repertórios no cotidiano. Essa pesquisa é de autoria de Vera Menegon (Menegon, 1998).

Inicialmente, tal como acontece na maioria das teses e dissertações de pesquisas em Psicologia, Vera pretendia trabalhar com entrevistas. A opção de trabalhar com conversas do cotidiano surgiu da própria imersão no campo. Costumo dizer que, embora a pesquisa científica exija eventualmente uma sistematização dos procedimentos de coleta e análise de dados, há uma atitude mais geral de pesquisador que nos leva, desde o momento em que definimos nossos objetivos de pesquisa, a estar “no campo”.

Estar no campo significa prestar atenção aos inúmeros pequenos incidentes do cotidiano que estão associados ao tema de pesquisa. Portanto, recomendo aos alunos que andem com uma cadernetinha na bolsa ou no bolso. Assim, se aparece um programa de televisão, você o registra em seu caderno de campo; se sair uma matéria na mídia, você a recorta e arquiva; se ouvir uma conversa sobre o tema, você a anota. Em suma, registra tudo que tem a ver com o tema. Trata-se de uma atitude de pesquisa: a curiosidade que dá vida e cor à pesquisa mais do que o delineamento e execução do projeto propriamente dito. Ser pesquisador é estar em campo o tempo todo; estar atento às coisas que estão acontecendo e que podem trazer pistas valiosas sobre o problema de pesquisa.

A Vera fazia isso. Ela andava com o caderninho de campo na bolsa e começou a anotar conversas sobre o tema de pesquisa: a menopausa. Ela trazia essas conversas para a orientação e percebia o encantamento que suscitavam. Numa dessas sessões de orientação perguntei por que ela pretendia entrevistar pessoas já que estava encontrando material espontâneo tão rico. Por que não trabalhar com conversas!

Fizemos uma busca na bibliografia existente, buscando apoio metodológico para isso e resolvemos arriscar. Foi um exercício rico por possibilitar uma reflexão sobre o que consideramos ser fonte de dados; por permitir o exercício de análise de práticas discursivas em conversas do cotidiano e por impor a reflexão ética sobre o uso desse tipo de material.

A riqueza do material que encontramos espontaneamente é impressionante quando comparado com o material de entrevista que, em contraste, parece ser uma camisa de força. Não que o material coletado dessa forma seja melhor do que entrevista, ou melhor, do que questionário. Essa experiência com conversas, assim como os avanços teóricos sobre práticas discursivas, nos levou à constatação que cada uma dessas formas

discursivas gera material diferente. Quando optamos por entrevistar (seja essa uma entrevista estruturada ou aberta), usar questionários, documentos de domínio público ou manifestações discursivas do cotidiano temos que fazer uma reflexão sobre que tipo de material tais procedimentos geram.

A pesquisa de Vera seguiu dois caminhos complementares. O primeiro visava compreender, em uma perspectiva histórica, que repertórios estavam disponíveis para dar sentido à menopausa hoje. Ciente da crescente medicalização da menopausa buscava também entender, por meio da literatura médica, como esse processo ocorreu e que aspectos da construção moderna da menopausa poderiam estar contribuindo para sua naturalização como problema médico. Com esse objetivo em vista, ela analisou a literatura científica da área biomédica, da Psicologia e das Ciências Sociais, incluindo aí produções históricas e contemporâneas, usando os principais bancos de dados da Medicina (Medline) e Psicologia (PsychInfo).

Nessa época, o Núcleo estava desenvolvendo outras pesquisas utilizando bancos de dados como fontes de informação sobre a construção de fatos científicos e havíamos aprendido muito sobre o uso de palavras-chave para efetuar a busca. As palavras-chave também têm história, passando a serem usadas em determinados momentos da evolução da pesquisa ou teorização sobre um dado fenômeno. Na época em que Vera estava desenvolvendo sua pesquisa sobre menopausa, Lia Mirim (Mirim 1999) buscava entender a evolução do discurso sobre uso do teste para testagem do HIV e eu começava a pesquisa sobre risco (que em sua primeira fase utilizou bancos de dados). Fomos então desenvolvendo um *know-how* sobre o uso das palavras-chave como forma de construção de fatos sociais e de legitimação de um campo de saber. Os bancos de dados têm uma enorme influência na definição do que é considerado conhecimento legítimo em uma determinada área.

A adoção de um procedimento sistemático nessa busca é fundamental. A primeira lição que aprendemos é que faz mais sentido, metodologicamente, utilizar, como estratégia de busca, a palavra-chave no título. Ao usá-la como palavra solta, obtivemos uma grande quantidade de dados que nem sempre estão focados no problema em estudo. Trabalhamos, assim, primeiramente com títulos, depois com resumos e, a partir daí, temos mais segurança na escolha dos artigos a serem analisados. Ir do título para o

resumo e depois para o artigo é uma forma de economizar tempo e garantir uma seleção mais criteriosa.

A partir da busca da palavra-chave no título, Vera localizou uma quantidade enorme de artigos sobre menopausa. Ela usou dois critérios de escolha de artigos para análise: aqueles que traziam uma retrospectiva histórica sobre a menopausa e os que possibilitavam entender o panorama contemporâneo. Os passos que ela seguiu e os resultados dessa fase da pesquisa estão explicitados na dissertação (Menegon,1998) pois o capítulo do livro *Práticas Discursivas* (Menegon,1999) prioriza a análise das conversas. Mas, sinteticamente, essa fase possibilitou que Vera entendesse como evoluíram os repertórios sobre menopausa, que nomeações foram dadas à menopausa em diferentes épocas, que tratamentos foram recomendados e que sintomas foram abordados. Esses aspectos permitiram que ela definisse e caracterizasse o processo de medicalização da menopausa, mostrando que ocorreu tanto a ampliação do conceito como a expansão da medicalização. No que se refere à nomeação, pela definição dada à pré-menopausa, a mulher, a partir da primeira menstruação já está a caminho da menopausa; ao passar por esta, entra na categoria da pós-menopausa. Mas houve também uma ampliação paulatina dos sintomas e conseqüentemente dos tratamentos. Certos tratamentos tiveram seus dias de glória, para pouco depois serem questionados ou abandonados. Assim, a reposição hormonal já foi considerada panaceia, mas atualmente há um significativo contingente de médicos que começa a se preocupar com os efeitos do uso de hormônios.

A segunda fase da pesquisa visava entender a circulação e uso desses repertórios no cotidiano e é aqui que entram as conversas. Por serem essas conversas fontes de dados pouco exploradas aqui no Brasil, foi necessário refletir, a cada passo da análise, sobre questões metodológicas que explorarei a seguir.

A primeira observação a fazer é que ao utilizar contextos do cotidiano como fontes de informação amplia-se o nosso campo de pesquisa: implica estar em campo o tempo todo. Vera registrou conversas em bares, durante as férias, em situações de lazer, etc. Evidentemente, nesse tipo de pesquisa não temos nenhum controle sobre o número de pessoas que serão incluídas na pesquisa ou sobre o nível de escolaridade, a idade ou o sexo dos participantes. Há também o problema de perda de várias situações, pois

as conversas são muitas vezes tão fluídas, tão rápidas que não há tempo para registrá-las. Vera andava com um gravador na bolsa, mas nem sempre dava tempo de perguntar se podia gravar. Outras vezes a situação a pegou desprevenida e sem um gravador à mão.

Essa forma de coleta de dados exige também alguns cuidados especiais. Se, por um lado, a espontaneidade da situação produz um material menos formal, por outro, tem que aceitar o desafio que representa registrar e utilizar esses dados. As conversas com registro manual impedem alguns tipos de análise: por exemplo, não é possível fazer uma análise de conversação, pois isso exige uma transcrição minuciosa com registro de pausas, risadas e outros indicadores linguísticos (ou não linguísticos) que não são possíveis quando o registro é feito manualmente e nem sempre concomitantemente à situação observada.

Outro desafio é o aspecto ético. Vera usou 18 situações, tendo perdido três situações por achar que o registro não era confiável. Para 15 dessas 18 ela pôde pedir autorização para uso do material. Eram situações que envolviam pessoas conhecidas, ou passíveis de serem encontradas e foi possível pedir autorização retroativamente. Três situações tinham um caráter muito público. Discutimos longamente essas situações no Núcleo e consideramos que eram tão públicas que não havia necessidade de pedir autorização. Mesmo assim, como forma de assegurar o anonimato, ela usou nomes fictícios em todas as conversas e, ao descrever o contexto, modificou quaisquer elementos que pudessem identificar as pessoas.

Quanto aos procedimentos de análise, primeiramente ela analisou cada conversa individualmente, caracterizando o contexto da conversa e os participantes em termos do sexo e idade aproximada. Como eram conversas curtas, seguia, na apresentação dos dados, o registro da íntegra da conversa. Para cada conversa, Vera fez uma *Árvore de Associação de Ideias*, identificou os repertórios linguísticos usados para falar da menopausa e o uso desses repertórios procurando articular uso com os conteúdos identificados na literatura sobre o tema resultante da primeira fase da pesquisa.

Isso permitiu definir três temáticas que possibilitaram uma agregação das várias conversas: (1) magia e poder do sangue menstrual; (2) medicalização e (3) menopausa na perspectiva dos homens. Evidentemente essa escolha de temas derivou do diálogo entre a análise individual das

conversas e a análise histórica dos repertórios sobre menopausa. Em suma, fez o que fazemos todos no processo de interpretação: estabelecemos um diálogo entre nosso material empírico, a revisão da bibliografia e o referencial teórico.

Fazendo uma breve apresentação dos resultados dessa fase da análise, a questão do poder (e magia) do sangue menstrual tinha como eixo norteador os impactos atribuídos à falta desse sangue, explicitando a simbiose entre sentidos antigos e novos. Dentre os repertórios aí presentes encontravam-se: a purificação do corpo pelo sangue; o sangue como símbolo de saúde; a menstruação como marcador da identidade da mulher e ainda a questão da sexualidade e procriação.

No que diz respeito à medicalização, a menopausa é cada vez mais vista como algo indesejado, que deve, portanto, ser tratada com intervenção medicamentosa. Muito embora o sentido mágico atribuído ao medicamento se faça presente, emergiu, nas conversas, certa ambivalência com relação a seus possíveis efeitos colaterais. Além disso, fizeram-se presentes repertórios variados que relevam os aspectos emocionais problemáticos que são tidos como decorrências da menopausa: depressão, tristeza, instabilidade emocional e daí por diante.

Finalmente, o terceiro tema – a menopausa vista na perspectiva dos homens – tinha como eixo norteador o impacto na vida pública. Falava-se das consequências negativas da menopausa no desempenho profissional e intelectual e na perda de atrativo físico. Fizeram-se presentes a ideia de estranhamento, o temor e a incompreensão do homem frente às singularidades biológicas da mulher. Sendo por demais complexa a análise e a discussão dos resultados, fica aqui o convite a ler o trabalho de Vera na íntegra.